

Caderno 7

SEGUNDA-FEIRA, 02 DE JULHO DE 2012

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E INCENTIVO À PRODUÇÃO

Empresa de Assistência Técnica
e Extensão Rural do Estado do Pará

- e) **EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS:** O Empréstimo Compulsório feito ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, pago na aquisição de veículos, gasolina e álcool carburante, está ajustado a média de consumo nacional e atualizado nos termos do Decreto-Lei n.º 2.288/86 e das disposições legais complementares.
- f) **IRPJ e CSLL:** Em virtude da Lei n.º 9.430 de 27/12/1996, efetuamos opcionalmente, a apuração trimestral do IRPJ - Imposto de Renda - e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -, com base em balancetes Trimestrais intermediários acumulados no exercício de 2011.
- g) **IMPOSTOS A COMPENSAR:** Os impostos retidos na fonte oriundos de aplicações financeiras decorrentes de recursos disponíveis durante o exercício, notadamente de Convênios, são alocados nesta rubrica para futuras compensações tributárias.
- h) **IMOBILIZADO:** O seu saldo está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Observa-se, no exercício de 2011, apesar da diminuição do saldo final do Imobilizado, um **aumento** no custo de aquisição na ordem de **R\$ 1.644.781,87** em relação ao saldo do exercício anterior. No entanto, esse valor não se destaca na variação do Imobilizado por conta da alocação das despesas com **depreciação**, no valor de **R\$ 4.539.815,63**. Para melhor entender, o Imobilizado é oriundo de recursos repassados e próprios para aquisição e reformas de bens móveis e imóveis e as respectivas depreciações foram calculadas pelo método linear, a taxas que levam em conta seu tempo de vida útil/econômica, apresentando a seguinte composição:

CONTAS	Saldo 2010	Varição	Custo Corrigido	Dep. Acumulada	Valor Líquido
Acções de Outras Companhias	195.836,00	-	195.836,00	-	195.836,00
Máquinas, Motores e Aparelhos	2.686.119,32	493.056,82	3.179.176,14	(2.023.299,81)	1.155.876,33
Trat. Implementos Agrícolas	876.870,95	2.398,00	879.268,95	(548.061,70)	331.207,25
Veículos	19.398.072,04	123.611,00	19.521.683,04	(12.126.436,20)	7.395.246,84
Embarcações	1.470.993,55	-	1.470.993,55	(350.384,51)	1.120.609,04
Máquinas de Escritório	263.848,75	-	263.848,75	(224.703,56)	39.145,19
Móveis e Utensílios	1.033.230,23	79.309,50	1.112.539,73	(564.819,15)	547.720,58
Equipamentos de Informática	4.196.876,47	253.559,82	4.450.436,29	(2.812.666,42)	1.637.769,87
Bens Imóveis	7.859.068,22	126.126,49	7.985.194,71	(1.294.774,30)	6.690.420,41
Equipamentos e Instalações	991.469,68	566.720,24	1.558.189,92	(28.704,55)	1.529.485,37
Terrenos	35.910,00	-	35.910,00	-	35.910,00
TOTAL GERAL	39.008.295,21	1.644.781,87	40.653.077,08	(19.973.850,20)	20.679.226,88

- i) **PASSIVO CIRCULANTE:** As obrigações e encargos são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescido quando aplicáveis, das correspondentes atualizações incorridas.
- j) **PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:** As obrigações tributárias e previdenciárias, estão inclusas no passivo exigível a longo prazo, por evidenciar parcelamentos com saldo devedor significativo, com prazo superior a 24 meses.
- k) **PROVISÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS:** As provisões trabalhistas e previdenciárias foram calculadas em conformidade com a legislação pertinente, obedecidas as exigências quanto ao fato gerador e suas respectivas compensações. As provisões trabalhistas referem-se as férias de colaboradores e aos respectivos encargos, cujos cálculos abrangem períodos aquisitivos integrais e parciais, considerados individualmente.
- l) **PROVISÃO PARA FÉRIAS:** Está constituída em montante suficiente para fazer frente as obrigações com colaboradores, por conta de férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos correspondentes encargos sociais, na mesma modalidade das trabalhistas e previdenciárias.
- m) **PROVISÃO PARA IMPOSTOS FEDERAIS:** Quando há resultados positivos na apuração dos trimestres, em operações com receitas próprias, há incidência de impostos que são provisionados e devidamente recolhidos após suas respectivas compensações.
- n) **RESERVAS:** Em detrimento, da nova realidade contábil, a Reserva de Lucro, absorveu integralmente o prejuízo do exercício de 2009, e incorporou o resultado positivo do exercício de 2010.
- o) **INVESTIMENTOS:** Com referência ao saldo da conta de Investimentos, ainda permanece a negociação da participação da empresa em Telecomunicações, conforme já mencionado na NE do exercício de 2010.
- p) **PARCELAMENTOS FISCAIS e ENCARGOS SOCIAIS:** No exercício a empresa manteve regularidade nos recolhimentos dos parcelamentos de exercícios anteriores em vigor, no montante de **R\$ 439.545,59**, oriundo dos débitos existentes com diversos órgãos, tendo sido recolhido para: FGTS/CEF R\$ 44.366,99, RFB R\$ 47.104,96 e INSS R\$ 348.073,64.
- q.1) **PARCELAMENTOS dos ENCARGOS SOCIAIS:** É importante destacar que o parcelamento com o INSS procedido em 60 (sessenta) parcelas, tendo sido parcelado em Novembro de 2010, importa o maior valor histórico de R\$ 1.264.248,56, referente as competências de Março de 2009 a Junho de 2010, com previsão de término em Outubro de 2015.
- q) **BLOQUEIOS JUDICIAIS:** No exercício, foram regularizadas extra orçamentariamente o valor dos bloqueios judiciais que a empresa vem sofrendo ao longo dos anos, no montante de R\$ 6.158.978,08.

NOTA 4 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Integralizado, cujo único acionista é o governo do Estado do Pará, permanece inalterado nos exercícios comparados, não havendo nenhuma alteração para mais ou para menos.

CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA
Presidente do Órgão
CPF: 104.295.492-53

Marituba-PA., 31 de Dezembro de 2011.
HUMBERTO BALBI REALE FILHO
Diretor Técnico do Órgão
CPF: 098.276.842-72

RODRIGO MENDES DE MENDES
Diretor Administrativo do Órgão
CPF: 633.824.582-68

SIMONE N. ANETE DA ROCHA
Contadora do Órgão Cr CPA 7998/O
CPF: 279.000.612-15

ROBERTO CARLOS FERNANDES DIAS
Contador Terceirizado Cr CPA 8469/O
CPF: 189.699.332-04

RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Aos Administradores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER PARÁ, Belém - PA

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER PARÁ., que compreendem, o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, levantado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas Demonstrações das Variações Patrimoniais, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas e notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.

A administração da EMATER PARÁ, é responsável pela elaboração e adequada representação destas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis, livres de distorções relevantes independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da auditoria independente.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados, dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considerou os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da EMATER para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Opinião.

Em nossa opinião, somos de parecer que as Demonstrações Contábeis referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes à posição patrimonial e financeira da EMATER, no período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

Belém – Pará, em 27 de março de 2012
A & C Auditoria e Consultoria S/S Ltda
CRC/ Pa – 000319/O